

Agência feminista descolonial: resistência das mulheres Sem Terra na interseção entre gênero e natureza

Agencia feminista descolonial: resistencia de las mujeres Sin Tierra en la intersección entre género y naturaleza

Decolonial Feminist Agency: Resistance of Landless Women at the Intersection of Gender and Nature

Cristiane Coradin*

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. São Paulo, Brasil

cristianemottimcoradin@gmail.com

ORCID: 0000-0001-5152-2966

Sonia Fátima Schwendler

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Brasil

s.f.schwendler@qmul.ac.uk

ORCID: 0000-0002-7098-3239

Alfio Brandenburg

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Brasil

alfiob@hotmail.com.br

ORCID: 0000-0001-9973-4175

Citar como: Coradin, C. *et al.* (2025). Agência feminista descolonial: resistência das mulheres Sem Terra na interseção entre gênero e natureza. *Desde el Sur*, 17(3), e0046.

RESUMO

As experiências agroecológicas das mulheres Sem Terra emergem da valorização dos quintais produtivos. A educação agroecológica ocorre por meio da valorização de saberes empíricos mediados por conhecimentos ecológicos modernos, construídos no diálogo de saberes. A inclusão das mulheres em programas de compras públicas tem possibilitado maior autonomia econômica, capacidade de agência e ampliação da subjetividade ativa. Com isso, elas têm desenvolvido novos mercados e habilidades. Como desafios, destacam a necessidade de criar espaços de cuidado para as crianças, o enfrentamento das violências de gênero, a sobrecarga de trabalho e a escassez de financiamento. Essas demandas são apoiadas pelo

* Autor corresponsal: Cristiane Coradin, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil. Correo: cristianemottimcoradin@gmail.com

feminismo camponês popular. Suas ações refletem sobre alimentação, agricultura, gênero e reforma agrária; estimulam a construção de uma prática socioambiental crítica; avançam na descolonização de gênero e da natureza; e anuncian la urgência de construir una ética democrática do cuidado com as múltiplas formas de vida da Terra.

PALAVRAS-CHAVE

Ecologia política, educação agroecológica, agroecologia, feminismos, descolonialidade

RESUMEN

Las experiencias agroecológicas de las mujeres Sin Tierra emergen de la valorización de los patios productivos. La educación agroecológica ocurre a través de la valorización de conocimientos empíricos mediados con conocimientos ecológicos modernos, contruidos en el diálogo de saberes. La inclusión de las mujeres en programas de compras públicas ha permitido mayor autonomía económica, capacidad de agencia y ampliación de subjetividad activa. Con esto, han desarrollado nuevos mercados y habilidades. Como desafíos, señalan la necesidad de construir espacios de cuidado para los niños, el enfrentamiento de las violencias de género, la sobrecarga de trabajo y la falta de financiamiento. Estas demandas son apoyadas por el feminismo campesino popular. En sus acciones reflexionan sobre alimentación, agricultura, género y reforma agraria, estimulan la construcción de una práctica socioambiental crítica, avanzan en la descolonización de género y de la naturaleza, y anuncian la necesidad de construir una ética democrática de cuidado con las múltiples formas de vida de la Tierra.

PALABRAS CLAVE

Ecología política, educación agroecológica, agroecología, feminismos, descolonialidad

ABSTRACT

The agroecological experiences of Landless Women emerge from the valorization of productive backyards. Agroecological education occurs through the appreciation of empirical knowledge mediated by modern ecological knowledge, constructed in the dialogue of knowledge.

Including these women in public procurement programs enabled gains in economic autonomy, greater agency, and the expansion of active subjectivity. Consequently, they developed new markets and skills. Challenges identified include the need for childcare spaces, confronting gender-based violence, work overload, and lack of funding. These demands are supported by popular peasant feminism. In their actions, they reflect on food, agriculture, gender, and agrarian reform, stimulate the construction of a critical socio-environmental praxis, advance in the decolonization of gender and nature, and advocate for the establishment of a democratic ethics of care for the multiple forms of life on Earth.

KEYWORDS

Political ecology, agroecological education, agroecology, feminisms, decoloniality

Introdução

A relação das mulheres com a Terra transpassa diferentes temporalidades, espacialidades, culturas e sociabilidades. No âmbito das ruralidades brasileiras, a partir dos anos 1980 se ampliam estudos sobre as mulheres rurais a fim de compreender como se dão essas relações sociais e o papel da organização sociopolítica das mulheres na conquista de direitos (Paulilo, 2016). Através da sua mobilização política, ao longo dos anos 1990, elas conquistaram o direito à aposentadoria rural, tiveram seus nomes incluídos nos documentos da terra, obtiveram assistência técnica, extensão rural diferenciada e financiamentos. Assim, conquistaram maior reconhecimento e autonomia como mulheres agricultoras (Butto, 2017). A partir de 2000, o movimento social das mulheres rurais do Brasil se encontrou com os movimentos sociais da agroecologia (Siliprandi, 2015), o que provocou novas transformações nas relações de gênero e com a natureza.

As Sem Terra se organizaram em coletivos de mulheres desde o início da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao longo dos anos 1980 e 1990, elas reivindicaram o direito das mulheres de acesso à terra. Embora tenham conseguido através da constituição de 1988, até o início dos anos 2000 a efetivação deste direito não foi tomada como prioridade pelo movimento social, e passou a vigorar somente a partir dos anos 2000 (Deere, 2004).

A agroecologia surge no Brasil como uma prática a partir dos anos de 1970, tecendo uma crítica ao modelo hegemônico de produção alimentar

baseado na concentração de terras, monocultivo, uso intensivo de implementos agrícolas, insumos químicos, agrotóxicos e exploração do trabalho humano. A Agroecologia baseia-se no manejo complexo de agroecossistemas e estimula transformações dos sistemas alimentares, com vistas à produção e ao consumo de alimentos ecológicos, saudáveis e sustentáveis, envolvendo produção, beneficiamento, comercialização e consumo de alimentos (Paula *et al.*, 2022). Como ciência, a Agroecologia alicerça-se em novas epistemologias e metodologias, baseadas na complexidade, no diálogo de saberes e na interculturalidade. Como movimento social, envolve a transformação das relações sociais, com vistas à efetivação da justiça ambiental, igualdade e equidade social, cidadania, democracia, transformação e emancipação social (Stassart *et al.*, 2012).

Mediante essa contextualização introdutória, analisamos no presente texto as agências das mulheres agroecológicas da Reforma Agrária do Estado do Paraná na descolonização de gênero e da natureza. Iniciamos esse texto descrevendo os métodos de pesquisa, em sequência tecemos algumas reflexões teórico-conceituais, e nos itens seguintes analisamos a experiência sob os aspectos da aprendizagem agroecológica, construção social de mercados e mediações sociopolíticas.

Método

O presente texto resulta dos dados empíricos obtidos em pesquisa qualitativa de doutoramento da primeira autora. Para a realização desse estudo, foi realizada pesquisa social baseada na metodologia da história oral. Tal como conceituada por Paul Thompson (1997, p. 8), a história oral significa «a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências». Através desta metodologia exploramos as trajetórias de vida, os sentidos e os significados materiais e subjetivos das experiências agroecológicas das mulheres da Reforma Agrária.

Essa pesquisa não foi aprovada por comitê de ética, entretanto, foram adotados princípios éticos fundamentais para a pesquisa social com seres humanos. Para isso, obteve-se consentimento informado de todas as mulheres participantes, informando-as sobre os objetivos da pesquisa, uso das suas narrativas, anonimato da identificação pessoal e seu direito de desistir em qualquer momento sem repercussões.

Para abranger a diversidade de vozes e experiências, entrevistamos mulheres, de diferentes idades e escolaridades, engajadas em diferentes atividades produtivas e sociopolíticas; mulheres participantes das Jornadas de Agroecologia e habitantes de diferentes territórios de Reforma Agrária do Paraná. As Jornadas de Agroecologia são eventos construídos

por redes de movimentos sociais, dentre os quais se destacam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Rede Ecovida de Agroecologia, órgãos públicos de pesquisa e extensão rural e universidades e organizações não governamentais que trabalham com agricultores familiares e agroecologia. Contemplam conferências, oficinas, seminários temáticos, atividades artísticas, feiras de sementes e de alimentos. São realizadas no Paraná desde o ano de 2003, e acontecem todos os anos em alguma região diferente do Estado.

Para aprofundar o entendimento da experiência cotidiana, realizamos estudo de caso em profundidade no território Emiliano Zapata. O acampamento Emiliano Zapata é um território de Reforma Agrária que está localizado na região dos campos gerais do Paraná. Foi ocupado em 2003 por cerca de 80 famílias que desde então desenvolvem experiências agroecológicas em uma cooperativa formalizada, e comercializam para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, feiras livres, comércios locais e grupos de consumo.

Para obtermos abrangência estadual, no período de março a outubro de 2018 foram realizadas 22 entrevistas com atoras-chave, dentre elas agricultoras-mediadoras locais e regionais; mediadoras sociopolíticas nacionais e estaduais engajadas com o setor de gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); mediadoras envolvidas na organização das Jornadas de Agroecologia; professoras de universidades estaduais e federais; e mediadoras de órgãos de assistência técnica e extensão rural. Essas entrevistas foram distribuídas entre mulheres de diferentes territórios onde houve Jornadas de Agroecologia, dentre elas, Curitiba e Lapa (Contestado), Ponta Grossa (Emiliano Zapata), Cascavel (Valmir Motta), Francisco Beltrão e de Londrina (Eli Vive I e II).

Essas informações foram complementadas por observações de participantes realizadas no período de março a setembro de 2018, e mais 18 entrevistas realizadas com mulheres agricultoras acampadas no território Emiliano Zapata, com objetivo de compreender em profundidade o cotidiano da experiência local.

Esse desenho metodológico nos possibilitou construir entendimentos comuns sobre a construção da Agroecologia, desde os olhares, as vozes e as experiências das mulheres da Reforma Agrária no âmbito estadual. Ao todo, foram entrevistadas 40 mulheres. Identificamos as interlocutoras de pesquisa com nomes fictícios de flores, plantas medicinais e árvores, com a intenção de preservar suas identidades pessoais.

Colonialidade de gênero e da natureza

A dominação moderno-colonial é abordada por estudos latino-americanos como colonialidade do poder, do ser, do saber (Quijano, 2005). Rita Segato (2014) argumenta que o projeto colonizador não teria obtido êxito caso não tivesse sido acompanhado da dominação de gênero. O modelo patriarcal eurocêntrico, apesar das resistências, também foi assimilado pelas populações negras e indígenas e foi fundamental para assegurar o êxito do projeto colonizador. Lugones (2008, p. 88) explica que a emergência da categoria mulher como uma categoria reconhecível foi:

definida anatomicamente e subordinada ao homem em todo tipo de situação, resultou, em parte, na imposição de um Estado colonial patriarcal. Para as mulheres, a colonização foi um processo dual de inferiorização racial e subordinação de gênero. Um dos primeiros feitos do Estado colonial.

Assim, entendemos que no processo colonizador brasileiro, a subjugação, inferiorização e desumanização ético-racial de negros e indígenas foram acompanhadas da subjugação das mulheres por meio de sua inferiorização, desqualificação e desconstrução como ser, saber e poder, exercida por meio da violência e da exploração dos seus corpos, territórios e subjetividades.

A colonialidade se refere à persistência de traços socioculturais, econômicos, políticos e ambientais decorrentes desses processos colonizadores até os dias atuais. Mediante tal cenário, Lugones (2014, p. 941) afirma que «descolonizar é necessariamente uma práxis social. É decretar uma crítica à opressão de gênero racializada, colonial capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social». A descolonização de gênero atua na fratura da colonialidade do poder, do ser e do saber, de modo a intervir na construção da subjetividade ativa, entendida como «aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa» (Lugones, 2014, p. 940).

Para se desenvolver agencia, as mulheres necessitam da construção de uma subjetividade ativa, que significa, por exemplo, desenvolver capacidade de expressão da fala, aprendizado, mobilidade e liberdade para tomar de decisões sobre seu corpo, autoestima e autoconfiança, entre outras ações que impliquem ganhos materiais e subjetivos para a construção do ser, saber e poder feminino.

Além da subjugação das mulheres, a colonialidade implica a subjugação da natureza. Catherine Walsh (2009) entende a colonialidade da natureza como a «a colonialidade cosmogônica ou da mãe natureza, que se relaciona à força vital-mágico-espiritual da existência das comunidades

afrodescendentes e indígenas, cada uma com suas particularidades históricas» (Walsh, 2009, p. 15).

O descolamento eurocêntrico da humanidade das naturezas não humanas da Terra e a assunção de um paradigma que separa os humanos da natureza, considerando a natureza inferior e os humanos superiores, transformou as relações sociais entre humanos e não-humanos. Os primeiros, tornados superiores, dominaram a natureza e a tornam objeto de exploração para a produção de valor (Leff, 2004). Para Marie Mies e Vandana Shiva (1993) e Alicia Puleo (2013) essa separação levou a uma exploração intensiva e instrumental da natureza, a qual deixou de representar um ente subjetivo vivo e ativo para tornar-se objeto passivo, um recurso natural calculável, industrializável e explorável.

Nessa produção dicotômica entre homens/natureza, as mulheres continuaram ligadas à natureza, porém sob critérios hierárquicos de subalteridade. Junto a essa hierarquização sobrepõem-se outros binários, tais como: cultura/natureza, mente/corpo, razão/emoção, agressividade/passividade, abstração/sensibilidade; sendo os primeiros associados ao masculino, homens, por isso considerados superiores, valorizados e visibilizados; e os segundos vinculados ao feminino, às mulheres, por isso inferiorizados, desvalorizados e invisibilizados (Mies e Shiva, 1993; Puleo, 2013).

Alicia Puleo (2013) esclarece que se as mulheres permanecem ligadas à natureza e às atividades de cuidado ainda hoje, é porque essa relação tem um caráter sócio-histórico, e não essencialista. Mies e Shiva (1993) argumentam que se hoje, em determinados casos, algumas mulheres camponesas acionam essas representações de cuidado ligado à mulher nutrícia e à mãe terra, o fazem como um essencialismo estratégico, com a finalidade de reivindicação política da necessidade do cuidado da Natureza.

As mulheres indígenas e camponesas latino-americanas enfrentam de diferentes formas e intensidades, processos de invisibilidade e desvalorização das atividades de cuidado que cultural e historicamente realizam, dificuldades no acesso à terra e estão sujeitas a inúmeras formas de violência, cometidas contra seus corpos e contra o corpo da Terra.

O estudo de Ruiz Alvarado *et al.* (2023), sobre ecoturismo sob um enfoque de gênero, evidencia violências e desigualdades de gênero em processos comunitários de ecoturismo e conservação ambiental em territórios indígenas do Peru; demonstra a importância das mulheres na economia doméstica e na resistência coletiva da afirmação identitária indígena desses povos. O estudo de Ibacache-Corante (2024) explica a

relacionalidade entre a produção de violências de sexo-gênero no Norte do Chile e atividades neoextrativistas com base na precarização da reprodução da economia camponesa em meio às atividades de mineração.

Esses estudos nos possibilitam pensar sobre a existência de correlações entre processos de violência, como a expropriação e exploração dos corpos das mulheres, as perdas identitárias coletivas de ordem étnico-racial e os impactos e conflitos oriundos de atividades neoextrativistas, para a construção de resistências coletivas protagonizadas por mulheres na descolonização de gênero e da natureza.

Experiências contemporâneas de movimentos sociais ecofeministas e agroecologistas protagonizados por mulheres buscam transformar essas relações destacando os aspectos que valorizam o ser, saber e poder das mulheres na relação consigo mesmas e com a natureza não humana, visando a construção de relações que promovam a reconexão da sociedade com a natureza e o cuidado mútuo.

Estudos sobre mulheres e agroecologia realizados na Bolívia (Llanque *et al.*, 2018), Colômbia (Zuluaga Sánchez *et al.*, 2018), México (Vásquez *et al.*, 2018), Uruguai (Chiappe, 2018), Nicarágua (Peregrina, 2018) e Brasil (Telles, 2018; Guevara, 2018; De Biase, 2018) reafirmam a predominância da relação de mulheres camponesas com atividades de cuidado; dificuldades no acesso à terra e outros recursos; violências contra seus corpos e contra a Terra oriundos de empreendimentos neoextrativistas e milícias armadas; e destacam a importância da organização socioprodutiva e sociopolítica das mulheres no desenvolvimento da Agroecologia.

No Brasil, os estudos de Siliprandi (2015), Paulilo e Boni (2017) e Jalil *et al.* (2017) demonstram como as mulheres rurais agenciam resistências coletivas por meio de suas experiências agroecológicas e contribuem tanto com a transformação de relações de sexo-gênero, quanto com a transformação ecológica dos sistemas alimentares.

No âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, estudos realizados sobre experiências de mulheres agroecologistas demonstram como, através da sua organização feminista dentro do movimento social e em redes de movimentos feministas, as mulheres promovem transformações de gênero em sentido mais igualitário, ao mesmo tempo em que suscitam transformações ecológicas das agriculturas brasileiras (Hadich e Bastiani, 2015; Vasconcellos, 2015; Jalil *et al.*, 2017; Coradin, 2020).

O conjunto dessas experiências evidenciam a importância do feminismo camponês popular na construção da agroecologia. O feminismo camponês popular é aqui entendido como aquele que abrange os corpos das mulheres, suas subjetividades, modos de vida e as relações de gênero.

Essa relação envolve o território, as relações comunitárias e a luta pela Reforma Agrária e pela soberania alimentar (Schwendler, 2015, 2017).

A construção do saber agroecológico

As experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres Sem Terra do Paraná florescem em territórios conquistados como resistências camponesas coletivas em forma de assentamentos e acampamentos rurais, por meio de lutas sociais travadas desde 1980 até os anos 2000. Esses territórios de reforma agrária interpolam terras dominadas pela produção hegemônica de grãos (soja e milho) realizados em larga escala, em grandes e médias propriedades rurais, estruturadas em monocultivos com uso intensivo de insumos químicos, agrotóxicos e transgênicos, voltados para a exportação. O Brasil é hoje o maior produtor mundial de soja, e o Estado do Paraná é o segundo maior produtor de soja no Brasil, com uma produção (safra 2024/2025) de 21,40 milhões de toneladas, uma área plantada a 5,86 milhões de hectares e uma produtividade de 3.650 kg/ha (EMBRAPA, 2025).

Como resistência ao monocultivo intensivo de grãos, em campo identificamos que a agroecologia emergiu em territórios de Reforma Agrária no Paraná a partir da produção diversificada, histórica e culturalmente praticada pelas mulheres em quintais produtivos. Muitos desses espaços já eram cultivados pelas mulheres, voltados para o abastecimento familiar, porém invisibilizados e não monetarizados, caso análogo ao encontrado no caso das mulheres camponesas colombianas (Zuluaga Sánchez *et al.*, 2018) e bolivianas (Llanque *et al.*, 2018).

Todas as interlocutoras de pesquisa produzem hortas, pomares mistos e/ou sistemas agroflorestais em seus quintais produtivos. Participam de cooperativas locais, entregam alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), comercializam por meio de feiras e/ou grupos de consumo e participam de atividades sociopolíticas.

Em campo, observamos que as mulheres se utilizam de conhecimentos empíricos, acumulados pela experiência, e aprendem novos conhecimentos sobre como trabalhar com a produção agroecológica por meio de diferentes espaços de aprendizagem. Esses espaços possibilitam o diálogo de saberes e envolvem redes de proximidade, de redes sociotécnicas de movimentos sociais ecológicos.

Por meio do diálogo de saberes, conhecimentos empíricos acumulados pela experiência são integrados a conhecimentos científicos modernos com a finalidade de construção de um saber novo. Enrique Leff (2004) conceitua o diálogo de saberes como uma práxis social que possibilita a construção de uma forma de mediação para a criação de novos mundos

baseados na diversidade de culturas e de identidades culturais. «É um campo de debate, confronto e disputa de significados em que se constroem novas identidades, a partir das quais se abre um diálogo entre comunidades e uma troca de experiências» (Leff, 2004, p. 327).

No que diz respeito aos conhecimentos acumulados através da experiência como agricultoras, em especial para o caso das mulheres que estão na faixa etária dos 40-70 anos de idade, elas relataram que não houve uma ruptura brusca do jeito que elas faziam antes a agricultura para a forma como a praticam hoje. Nesses casos elas hibridizaram estes conhecimentos empíricos com modernos conhecimentos de cultivo ecológico, tais como uso de cobertura morta, compostagem, rotação de culturas e consórcios, entre outros.

Segundo Erva-doce: «para nós não foi tão difícil de aprender a trabalhar com o agroecológico, porque nós se criamos com os pais nossos só trabalhando com os produtos orgânicos. Não existia esse negócio de veneno» (Entrevistada Erva-doce. Acampamento Emiliano Zapata). Dona Hortência nos disse que além dos conhecimentos que aprendeu com os pais no roçado, aprendeu alguns novos manejos e aperfeiçoou suas práticas produtivas, tais como podas de frutíferas e manejo de hortas «aí, a gente começou aprender com quem sabia aqui, né» (Entrevistada Hortência. Acampamento Emiliano Zapata).

Na perspectiva da colonialidade do saber, o processo de dominação assenta-se na descreditação de conhecimentos, experiências e formas de conhecer não hegemônicas. O saber outro (não branco, não eurocentrado e não patriarcal) é considerado não saber, não válido ou inferiorizado para ser domesticado. Paulo Freire (2007) caracteriza esse processo como aculturação, meio através do qual os agricultores e as agricultoras deixaram para trás seus conhecimentos tradicionais de agricultura, aprendido pela experiência, para adotarem conhecimentos modernos no uso de tecnologias agrícolas.

Esse processo de aculturação ocorreu com a colonização em relação aos conhecimentos dos povos originários e camponeses da América Latina, segundo Ruiz Alvarado *et al.* (2023) e de Aquino (2024). No Brasil, este processo também ocorreu com os povos originários e povos africanos que vieram para este país, mas se acentuou sobremaneira com a revolução verde e a modernização do campo¹, como problematiza Freire (2007).

1 A revolução verde foi o processo de modernização da agricultura brasileira. Baseou-se no crédito facilitado, aquisição de máquinas e implementos agrícolas, melhoramento genético e uso de sementes melhoradas e uso intensivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. Essa

Na perspectiva de uma práxis pedagógica decolonizadora, Catherine Walsh (2009) propõe a creditação das experiências e formas de aprender desperdiçadas pela dominação colonialista branca, patriarcal e eurocentrada. Nessa aprendizagem coletiva, conhecimentos culturalmente acumulados pelos grupos sociais são colocados em relação não hierárquica de diálogo com conhecimentos científicos e tecnológicos, de forma que se constrói um saber novo mais complexo acerca das realidades e problemáticas enfrentadas.

Assim, as mulheres Sem Terra, ao desenvolverem experiências agroecológicas, combatem a monocultura do saber e promovem fraturas na colonialidade do saber, pois constroem um saber novo que se faz por meio da valorização, uso e ressignificação de conhecimentos ancestrais acumulados na experiência de serem agricultoras, mediados com novos conhecimentos de agricultura ecológica.

Esse saber novo foi sendo construído e socializado entre as mulheres e comunidades locais por meio de relações de vizinhança, compadrio, parentesco e também através de redes sociotécnicas ecológicas e redes de movimentos sociais ecológicos territoriais e estaduais: «porque aqui, por mais que você não tenha formação, [...] se você está progredindo, os vizinhos vão lá especular o que ele está fazendo. Daí faz igual» (Entrevistada Malva. Acampamento Emiliano Zapata). Elas também destacaram a relevância da aprendizagem com as gerações mais antigas: «então de aprender é mais [...] com as pessoas mais velhas né» (Entrevistada Palmarosa. Acampamento Emiliano Zapata). Aos poucos aprendem umas com as outras e se tornam referência para a aprendizagem de outras também.

Para aquelas mulheres que nunca haviam tido contato com agricultura, principalmente as mulheres mais jovens, cuja formação pela experiência ainda é escassa, a aprendizagem de tecnologias modernas de produção orgânica, por meio de redes sociotécnicas e de movimentos sociais ecológicos, têm sido o principal meio de acesso a conhecimentos. Dentre essas redes sociotécnicas se destaca a experiência da Rede Ecovida de Agroecologia e a experiência do Programa Paranaense de Certificação Orgânica. Essas redes envolvem acampadas, assentadas, agricultoras familiares, universidades, escolas de formação técnica, cooperativas de produção e organizações não governamentais.

Dentro dessas redes elas destacaram a relevância do Assentamento Contestado (Lapa-PR) como uma importante referência nas aprendizagens

modernização foi seletiva e apoiou a capitalização de médios e grandes produtores rurais, aumentando o êxodo rural e as desigualdades sociais no campo.

de conhecimentos modernos ecológicos, seja no manejo de hortas ecológicas, no manejo de agroflorestas, no acesso e construção de mercados e na gestão de cooperativas: «a gente foi visitar agroflorestas, visitar outras que mexem com orgânico né, então isso traz bastante sabedoria sim» (Entrevistada Aroeira. Acampamento Emiliano Zapata)

Como processo educativo, essas redes constituem uma teia de aprendizagem individual e coletiva que articula a experiência empírica com novos conhecimentos. Os diálogos de saberes que se produzem nessas relações constroem novas intervenções nos territórios locais que mobilizam transformações socioprodutivas ecológicas.

Entretanto, é necessário visibilizar e problematizar as desigualdades de gênero observadas nessas atividades. A maioria das mulheres relatou dificuldades para conseguir sair do território para estudar, participar de dias de campo e cursos e mesmo participar de atividades formativas realizadas no território, pois precisam cuidar dos filhos e não tem com quem deixá-los. Sobrecarregadas com atividades de cuidado, normalmente quem acaba participando de formações externas são os esposos e as mulheres já aposentadas ou com filhos maiores:

A: é. [...] Mas ele sempre conversa bastante né, ele fala bastante com o meu marido, o meu marido me fala.

E: ah, mas as vezes que ele veio aqui conversar ele conversou mais com o teu marido daí?

A: é mais com ele sim.

E: mas por que daí que você não estava junto?

A: mais é por causa das crianças mesmo né, que não deixam a gente conversar muito. Mas eu tenho interesse de ir na jornada de agroecologia aprender (Entrevistada Amora. Acampamento Emiliano Zapata).

Essa situação demonstra a persistência de relações de gênero patriarcais em experiências agroecológicas, que ainda relegam às mulheres a exclusividade pelas atividades de cuidado. Indo além, demonstra o quando as instituições e redes que trabalham com agroecologia ainda reproduzem e reforçam tais relações de gênero, na medida em que não desenvolvem mecanismos de apoio à participação das mulheres em atividades formativas, tais como espaços de cuidado para as crianças (cirandas).

Além desses espaços, as mulheres entrevistadas foram unânimes em afirmar que as Jornadas de Agroecologia foram fundamentais para apoiar, incentivar e mobilizar os processos locais de construção da agroecologia em seus territórios locais.

Eu participei de várias, desde 2008, 2009, 2010. [...] Então tem sete jornadas que eu participo. Geralmente a gente vai para aprender mais como trabalhar com o agroecológico [...], através das oficinas que tem lá na agroecologia que a gente vai implantando lá, né (Entrevistada Glóxia. Assentamento Eli Vive).

As Jornadas de Agroecologia se configuram como um dos principais espaços onde as mulheres entrevistadas puderam obter aprendizagens ecológicas, obtidas através de oficinas, místicas, partilha de sementes, feiras e etc. Foram espaços em que elas puderam refletir sobre seus conhecimentos já acumulados, aprender novos conhecimentos e qualificar suas práticas agroecológicas em seus lotes:

Eu fui na jornada, participei, eu não sabia nada. [...] Participei de lá: oficinas, palestras. Eu fui acumulando o que? Conteúdo. Eu fui lá assistir. Primeiro eu fui aprender. Voltei para o lote, comecei a executar aquilo lá que eu tinha aprendido. Consegui. Aquilo que eu consegui desenvolver eu já estou conseguindo retornar para as Jornadas. Com o que, o produto. Lá eu fui sem nada, agora eu aprendi como cuidar da verdura e eu vou levar para vender. E eu aprendi as ervas, quais as importâncias delas, então eu fui para casa, preparei e retornei na forma de tinturas, isso que eu aprendi, executei e agora estou retornando para as Jornadas (Entrevistada Hibiscus. Assentamento Eli Vive).

As Jornadas de Agroecologia apresentaram um diferencial de inclusão das mulheres e de promoção da igualdade de gênero porque desde o início a participação igualitária das mulheres nas várias atividades de organização da Jornada foi reivindicada pelos coletivos de mulheres envolvidos na organização desses eventos, tanto na composição das delegações como na exigência da presença de cirandas infantis em todas as atividades. Essas ações combinadas têm sido fundamentais para favorecer a participação das mulheres nesses espaços, bem como para promover a construção de relações de gênero mais igualitárias.

Através de processos de aprendizagem coletiva obtidos nesses diferentes espaços sociais, conhecimentos empíricos vão sendo refletidos e associados a conhecimentos técnicos modernos de agricultura ecológica, qualificando suas práticas agroecológicas, contribuindo com a construção de processos descolonizadores do seu saber e da natureza.

Da produção à comercialização direta

Em campo, identificamos que as mulheres têm protagonizado a construção social de circuitos curtos alimentares através de incentivos que obtiveram a partir de sua inclusão em políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A partir dessas políticas conseguiram avançar

na sua produção em termos de volume e diversidade de produção, além da construção de feiras livres e grupos de consumo:

Eu acho que as políticas públicas que vieram depois, esses programas de aquisição de alimentos, mais recentemente o PNAE, fortaleceu tudo isso né porque o assentamento com isso descobriu sua verdadeira vocação na produção, que essa é a produção de verduras, dos legumes. Tinha um preço diferenciado para produtos agroecológicos, ao mesmo tempo tinha que ter um processo de certificação. As famílias se inseriram nesse processo de certificação. Acho que também foi um grande momento de aprendizado de avançar na agroecologia e aos pouquinhos você vai vendo avanços aí (Entrevistada Copaíba. Assentamento Contestado).

Os circuitos curtos são caracterizados como aqueles que possuem até um intermediário entre a produção e o consumo final. Eles estimulam a comercialização local e direta dos(as) agricultores(as) para os(as) consumidores(as) (Chiffolleau, 2008). Além disso, por se caracterizarem por relações de maior proximidade entre produtores e consumidores, promovem modificações socioespaciais, ambientais e culturais (Maluf, 2004).

Ao se inserirem em Programas Institucionais, tais como PAA e PNAE, aos poucos elas foram se capitalizando, ampliando e diversificando seus cultivos e os mercados acessados. A fala de Rosa Rosa sintetiza como foi esse processo para a maioria das famílias pesquisadas:

Ah no começo nós plantamos feijão bastante, daí não tinha dinheiro para arrumar a horta. [...] o feijão a gente vendia. [...] nós começamos arrumar um porco, [...] daí aqui tem os arvoredos. [...] Quando [...] abriu a cooperativa para nós, melhorou as vendas para nós [...]. Começamos ganhar e fomos investindo aos pouquinhos, aos pouquinhos (Entrevistada Rosa Rosa. Acampamento Emiliano Zapata).

As rendas obtidas com as vendas nos mercados institucionais variam entre R\$200,00 a R\$2.000,00, variação que depende da capacidade produtiva familiar. Essas rendas são utilizadas para guardar como poupança, formar fundos para reinvestir no lote ou para comprar insumos produtivos. De acordo com Hibiscus «o PNAE para nós hoje é o único jeito de nós ganhar um dinheirinho mais tranquilo» (Entrevistada Hibiscus. Assentamento Eli Vive).

O estudo detalhado sobre a relação entre a agência das mulheres Sem Terra e a transformação da alimentação escolar por meio dos programas públicos de compras institucionais, realizado por Schwendler, Coradin e Bezerra (2024), evidencia a importância da agência das mulheres Sem Terra do Paraná na promoção de uma educação alimentar saudável e sustentável tanto no ambiente escolar quanto para a sociedade como um

todo. Além disso, evidencia como essas experiências fortalecem a transformação dos sistemas alimentares ao mesmo tempo em que mobilizam maior autonomia e igualdade de gênero no campo.

Esses dados corroboram outros estudos feministas rurais do Brasil que evidenciam, em diferentes regiões do país, a capacidade inclusiva desses Programas Institucionais de Compras Diretas, promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como a sua capacidade de redução de desigualdades de gênero no campo, tal como apontam Hora, Rezende e Macedo (2015).

Além disso, esses dados também corroboram com aqueles obtidos nos casos latino-americanos analisados, onde identificou-se a importância da produção agroecológica das mulheres para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional das populações locais e autonomia das mulheres, em especial no caso da Bolívia (Llanque *et al.*, 2018) e da Colômbia (Zuluaga Sánchez *et al.*, 2018).

Esses dados podem contribuir para valorizarmos a agroecologia realizada a partir das experiências das mulheres como estratégias para fortalecimento do campesinato, apoiando assim as experiências relatadas por Aquino (2024) no Peru; há também a resistência coletiva das mulheres contra a violência, como relatado no estudo sobre o Chile de Ibacache-Corante (2024); bem como com outras experiências que visem fortalecer a capacidade reprodutiva e de afirmação do campesinato, de povos originários e das mulheres rurais.

Além dos programas institucionais, as mulheres estão organizadas em grupos produtivos mistos, participam de cooperativas locais e, em alguns casos, também fazem feiras livres e mantêm grupos de consumidores: «Então é assim, um ajuntamento, um pouquinho daqui, um pouquinho dali» (Entrevistada Begônia. Assentamento Walmir Motta).

Em campo encontramos grupos organizados por redes sociais virtuais, vendas de porta-em-porta e grupos de consumo geridos pelas agricultoras. Além disso, também identificamos feiras livres locais, onde se destacaram as experiências realizadas em parceria com universidades públicas estaduais e federais, Feiras das Jornadas de Agroecologia e o Feirão Nacional da Reforma Agrária.

No que se refere aos grupos de consumo, elas se organizam em grupos de afinidade, coletivos de produção ou atuam individualmente. Elas fazem contato com potenciais consumidores(as) da cidade mais próxima, organizam listas de produtos e fazem entregas, normalmente

semanais. As principais aprendizagens obtidas nesses grupos de consumo foram aprender a dirigir, vender, colocar preço e manter a gestão do empreendimento:

Eu dirijo, eu sou tranquila para dirigir [...] daí eu não tinha o dom de vender, eu tinha vergonha. [...] Mas quem disse que eu me aguentei, na primeira vez sai batendo palma, perdi o medo, perdi a vergonha. [...] Uma coisa que eu pensava que nunca ia aprender, as pessoas vinham aqui comprar e eu não sabia botar preço (Entrevistada Orquídea. Acampamento Emiliano Zapata).

Através dessas experiências elas assumem espaços e constroem habilidades sociais outrora exercidas pela atividade produtiva e pública, cultural e historicamente vinculadas aos homens pelo sistema de sexo-gênero patriarcal (Paulilo, 2016). Fazendo esse movimento elas conseguem conquistar maior autonomia, autoconfiança e novos conhecimentos, pois, segundo uma das interlocutoras, «ninguém se emancipa sem uns troco no bolso» (Entrevistada Rosa Vermelha. Acampamento Emiliano Zapata).

Isso quer dizer que com a renda obtida pelo trabalho produtivo delas e com as habilidades adquiridas, elas conseguem ter mais autonomia de expressão da fala, mobilidade, capacidade de decisão familiar e valorização do seu trabalho, além de ter suas autoestimas valorizadas, o que fortalece o processo de descolonização de si mesmas como ser e poder feminino, ao mesmo tempo em que favorecem a processos de descolonização da natureza por meio da agroecologia.

Entretanto, várias interlocutoras também relataram os desafios que enfrentam nesse processo em termos de desigualdades e violências de gênero. «Questões de violência, de não sair de casa porque o marido não deixava, não participava de reunião porque o marido não deixava» (Entrevistada Hibiscus. Assentamento Eli Vive); desqualificações e desvalorizações dos trabalhos realizados por elas; falta de apoio e incentivo dos esposos; sobrecargas de trabalho produtivo com acúmulos de trabalho doméstico; entre outras.

Para conseguirem enfrentar essas violências de gênero, a organização delas em grupos produtivos ou coletivos de mulheres têm sido fundamental. «E aí elas contavam, se abriam e sabiam que nós não ia ficar... que nós estava ali uma apoiando a outra» (Entrevistada Hibiscus. Assentamento Eli Vive).

Esses dados corroboram com as análises de Bruno *et al.* (2013), em que as autoras, ao estudar as razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos, já identificaram que: «tão importante quanto melhorar a renda familiar ou ter a possibilidade de obter recursos próprios

participar do grupo significa também estreitar laços de sociabilidade, como amizade. [...] pois possibilita o convívio e a união entre elas para enfrentar adversidades» (Bruno *et al.*, 2013, p. 218).

Segundo Bruno *et al.* (2013, p. 227), «a maioria das mulheres vê o grupo como lugar de maior autonomia e espaço de liberdade para se “reunir”, “aprender a falar”, “saber como lidar com o dinheiro”». Além disso, esses espaços constroem situações que facilitam relações de confiança e de proximidade mútua, se constituindo como espaços privilegiados onde as subjetividades ativas das mulheres podem se desenvolver fortalecendo-as no enfrentamento coletivo da colonialidade de gênero.

Com relação aos desafios, algumas interlocutoras destacaram as dificuldades no acesso à obtenção de recursos financeiros para capitalização dos seus lotes:

Porque você faz a opção pela agroecologia, mas é com a cara e a coragem, porque você não tem investimento para nada. O convencional tem. Se você quer financiar lavoura de milho, soja e você quer financiamento você tem. Para a agroecologia você não tem nada. Então você tem que ser tudo aos passos (Entrevistada Begônia. Assentamento Walmir Motta).

Os argumentos de Begônia corroboram com outros estudos recentes sobre gênero, ruralidades e agroecologia, nos quais as autoras destacam que mesmo que tenhamos obtidos avanços políticos através da institucionalização de políticas públicas de promoção da agricultura orgânica e da agroecologia no Brasil, os acessos a esses recursos para mulheres rurais ainda são poucos e morosos, tal como analisado por Siliprandi (2015), por Hora, Rezende e Macedo (2015) e por Boni *et al.* (2017). Além disso, esses dados também corroboram com aqueles encontrados nos estudos sobre mulheres de agroecologia da Bolívia (Llanque *et al.*, 2018), do Uruguai (Chiappe, 2018) e do México (Vásquez, 2018), onde se observou escasso apoio de políticas públicas.

Dada a importância dessas experiências na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, bem como na construção de maior autonomia e igualdade de gênero, reforça-se a necessidade da construção e fortalecimento de estratégias de financiamento da produção agroecológica feminina desde perspectivas burocratizantes e que de fato facilitem o acesso ao crédito rural por elas, tanto para o Brasil como para os demais países latino-americanos que pudemos dialogar neste texto.

Ação sociopolítica feminista para uma ética democrática de cuidado com a vida

As ações realizadas pelas mulheres na construção cotidiana da agroecologia são apoiadas pela organização feminista das mulheres Sem Terra. Aroeira afirmou que já participou e auxiliou a organizar várias atividades de mulheres na comunidade e fora da comunidade, e que essas atividades, na medida em que debateram questões de gênero, foram importantes para ela aprender a se respeitar como mulher:

Porque aqui nós já organizemos encontro de mulheres que saiu aqui na comunidade. Já fomos arrancar eucalipto da Syngenta para aqueles lados lá.

[...] É aprendizado, você aprende a ser mais, se respeitar mais, e não deixar ninguém te pisar né, essas coisas assim. [...] então esses encontros ajudam bastante a clarear a cabeça das mulheres (Entrevistada Aroeira. Acampamento Emiliano Zapata).

A participação delas nesses espaços de gênero provocou transformações em suas subjetividades, tornando-as mais ativas, impulsionando a construção das práxis sociais educativas em redes e movimentos sociais, ecológicos e em circuitos curtos alimentares. Por meio da comercialização dos alimentos agroecológicos, as concepções ecológicas, políticas e democráticas que elas acumulam vão aos poucos emergindo através de suas narrativas. Essa práxis educativa não formal é observável em todos os espaços em que elas atuam, seja na comercialização dos alimentos, na participação em redes sociotécnicas agroecológicas ou redes de movimentos sociais.

Na perspectiva da construção de uma pedagogia intercultural descolonizadora (Walsh, 2009), elas constroem uma práxis educativa crítica, que estimula a problematização do mundo vivido e, a partir da produção e do consumo alimentar agroecológico, nutrem fraturas na colonialidade de gênero e da natureza.

A formação de gênero se dá por meio da construção do feminismo camponês popular (Schwendler, 2015). Esse feminismo valoriza a experiência das mulheres camponesas, defende a reforma agrária, compreende suas heterogeneidades e diversidades e incorpora a necessidade da construção de uma ética de cuidado com a terra baseada na agroecologia (Coradin, 2020).

Essa formação de gênero dentro da luta pela reforma agrária popular e pela agroecologia mostra-se fundamental por validar e fortalecer as experiências das mulheres e possibilitar que elas se expressem e se reconstituam individualmente e em conjunto, como coletivos de mulheres, para

que, com isso, consigam impulsionar sua agência nos processos produtivos, de comercialização e de organização sociopolítica que envolvem a construção permanente da agroecologia.

As mulheres Sem Terra agroecologistas, através da sua organização sociopolítica feminista, se fortaleceram como subjetividade ativa e foram ocupando espaços no movimento social, nas redes agroecológicas, nas Jornadas de Agroecologia e na construção dos circuitos curtos alimentares agroecológicos. Por meio da sua organização feminista camponesa popular, ampliaram sua capacidade de agência, construindo-se como autoras da agroecologia:

E daí a partir das jornadas, [...] desde o início ela sempre teve uma intencionalidade, tanto cultural como celebrar a vida, como denunciar a violência no campo, denunciar a violência do veneno né, então ela sempre teve um papel político e sempre teve um papel de formação da consciência dos participantes e dos amigos, dos visitantes desse intercambio de trocas de experiência. [...]. E tem o entendimento que nós só vamos ganhar se nós produzir e produzir alimentos limpos. Porque se é para produzir com veneno, o agronegócio faz. Então, é a gente desmascarar e dizer que não é o agronegócio que alimenta o mundo, que eles produzem mercadorias, e que nós queremos produzir a vida. Então, agroecologia é a produção da vida. Da vida, do ambiente. Quando fala vida, é dos animais, da terra, principalmente da Terra. (Entrevistada Ipê Amarelo. Assentamento Walmir Motta).

Esses dados corroboram com os estudos de Siliprandi (2015), que apontam que as mulheres rurais brasileiras, através de suas experiências agroecológicas e das organizações sociais que constroem, conseguem pautar suas reivindicações de gênero, assumem protagonismo na luta política pela promoção da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional e intervém na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Além disso, elas também apoiam e contribuem com transformações nas relações de gênero no campo e nos sistemas alimentares latino-americanos e globais por meio dos diálogos, redes e experiências compartilhadas com outras mulheres de outros países latino-americanos (Zuluaga Sánchez *et al.*, 2018).

Ao assumirem como centralidade a defesa da vida, elas acionam a categoria cuidado de modo estratégico, educativo e sociopolítico. O cuidado aqui pode ser compreendido como uma disposição em assistir ao outro(a), o que envolve um senso de respeito, solicitude e empatia e, ao mesmo tempo, uma preocupação com o seu bem estar e atividade individual. A junção das atividades individuais e coletivas visa favorecer esse bem estar (Garrau e Le Goff, 2010).

Para as interlocutoras das pesquisas, esse cuidado nasce a partir da defesa da alimentação saudável e ecológica das famílias, dos territórios das comunidades de agricultoras(es), da cidade, e se irradia para a sociedade como um todo. «Bom, eu pratico essa agricultura, porque eu tenho consciência dos malefícios do veneno. [...] a horta eu faço questão de manter uma horta agroecológica, porque é para as escolas» (Entrevistada Malva. Acampamento Emiliano Zapata).

Através dessas práticas agroecológicas protagonizadas por mulheres floresce uma educação sociopolítica não formal feminista camponesa popular que está baseada em uma perspectiva ética de cuidado com a vida e que envolve um senso de preocupação e empatia com as múltiplas formas de vida da Terra, abrangendo desde os corpos das mulheres, seus territórios, bens naturais, coletivos comunitários e a sociedade como um todo. «Eu acho que é um pouco disso que a gente tentou imprimir nas jornadas de agroecologia aqui, é esse cuidado com a vida, cuidado com a educação, cuidado com a formação, cuidado com todos os outros seres, todos que vem para cá» (Entrevistada Jatobá. Francisco Beltrão).

Essa defesa da sustentabilidade da vida, da construção de uma ética democrática de cuidado com a vida, também foi constatada nas experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres camponesas de outros países da América Latina, tais como Bolívia (Llanque *et al.*, 2018), México (Vásquez *et al.*, 2018), Uruguai (Chiappe, 2018), Nicarágua (Peregrina, 2018) e Colômbia (Zuluaga Sánchez *et al.*, 2018). Assim, através da sua práxis sociais com a agroecologia, as mulheres Sem Terra do Paraná reforçam o sentido de cuidado com a vida como responsabilidade ética de todos, narrativa emergente e presente em diferentes experiências agroecológicas femininas latino-americanas.

Para reforçar essa construção, identificamos que elas acionam um conjunto de práticas e representações sociais ligadas à mulher nutridora de forma estratégica, como meio de sensibilização, visando despertar a atenção da sociedade para as violências e desigualdades cometidas contra as mulheres e contra a Terra. Buscam, assim, incentivar a construção de novas relações de gênero, articuladas com a alimentação, agricultura e natureza.

Como exemplificação, em contraposição às sementes transgênicas e à dependência das sementes de empresas transnacionais, elas valorizam atividades de conservação de sementes crioulas com a valorização da maternidade e reprodução humana:

IA: na verdade quem faz agroecologia são as mulheres mesmo.

G: é, realmente né, porque a mulher é a guardiã das sementes né.

IA: da vida né.

G: tanto da semente humana quanto da... você pode ver que você vai nesses interior, que nem essas senhorinhas, vai conversar com elas, elas tem uns vidros lá com cinzas, com coisarada, mas elas estão guardando para proteger as sementes né. Então eu acho que se não fosse isso eu acho que muitas sementes nem existia (Entrevistada Ipê Amarelo (IA) e entrevistada Grandiflora (G). Assentamento Walimir Motta).

Notamos que elas acionam esses essencialismos da mulher nutridora de forma estratégica, valorativa e política em sentido educativo sociopolítico crítico, assim como as mulheres ecologistas da Índia outrora também acionaram esses estereótipos maternais das mulheres e da Terra para defender seus territórios, sua vida e a Terra, tal como analisado por Mies e Shiva (1993).

A colonialidade de gênero e da natureza, bem como representações simbólicas femininas a elas associadas, tais como desqualificação da natureza, das sementes crioulas e da maternidade, são tensionadas e ressignificadas por meio do fortalecimento da relação de ligação das mulheres com a natureza, na afirmação e valorização que fazem de si mesmas como mulheres mães, produtoras, mantenedoras e regeneradoras da vida. Há aqui uma valorização e uma defesa substantiva da vida que envolve afeto, realização e reconhecimento. Essas qualidades subjetivas compõem o caráter da educação sociopolítica que elas exercem por meio das práticas que mobilizam.

O caráter dessas experiências assume uma condição coletiva que abrange desde seus corpos, famílias e comunidades, e perpassa pelos espaços que constituem os sistemas alimentares globais e a sociedade de modo ampliado:

Porque que eu falo isso, porque agroecologia só existe com organização coletiva. Agroecologia não se sustenta no trabalho camponês individual, mas ela consegue se sustentar e produzir resultado se em algum momento ela se coletiviza. Não precisa ser em todos os momentos da produção e da comercialização, mas ela precisa da coletividade em algum momento. Quando nós nos encontramos na coletividade nós nos relacionamos e nessas relações, é preciso que a gente aflore esse outro jeito de fazer a produção, e que a gente explicita as diferenças no jeito de produzir orgânico, agroecológico e do jeito de produzir ferindo a terra e destruindo a natureza. É preciso que aflore por aqui, porque vai exigir uma mudança nas relações entre as pessoas, e é preciso também explicitar isso entre as pessoas (Entrevistada Araucária. Mediadora social do setor de educação e saúde do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra).

Ao assumir essa condição coletiva da transformação social em sentido descolonizador, elas anunciam a necessidade da construção de uma ética democrática de cuidado com a vida, entendida como «tarefa» não apenas e nem exclusiva das mulheres, mas sim de toda a sociedade, embora afirmem a necessidade do reconhecimento e valorização do protagonismo delas nessa construção. Sobre isso, Puleo (2013) problematiza que:

No se debe pedir a las mujeres que sean las principales cuidadoras del medioambiente. No sería justo solicitar a quien se halla en situación de desventaja que haga más esfuerzo que quien se encuentra en situación privilegiada. [...] Por eso me parece esencial que existan proyectos medioambientales que no pierdan sacrificios a las mujeres, sino que, por el contrario, favorezcan su empoderamiento (Puleo, 2013, pp. 18-20).

O cuidado não é privilégio nem sacrifício de nenhum gênero, menos ainda das naturezas não-humanas da Terra. É direito e dever de todos aqueles que possuem condição de construir consciência sociopolítica crítica acerca da sua existência nesse mundo. Por isso, a construção de uma ética democrática de cuidado com as múltiplas formas de vida da Terra se constitui como «tarefa» de todos os humanos. A construção dessa ética é condição para a existência digna, justa e agradável para toda a humanidade e demais organismos vivos da Terra. Esta é a contribuição que as mulheres Sem Terra nos possibilitam enxergar através de sua práxis agroecológica.

Conclusões

As experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres Sem Terra do Estado do Paraná emergem a partir da valorização dos quintais produtivos, cultivos culturais e historicamente realizados pelas mulheres, porém até então não visibilizados e valorizados.

O saber que nasce através dessas experiências valoriza conhecimentos empíricos, acumulados pela sua experiência como agricultoras. Esses conhecimentos são mediados, por meio de diálogo de saberes, com conhecimentos modernos de agricultura ecológica, através da participação das mulheres em redes de proximidade, vizinhança, movimentos e redes sociotécnicas ecológicas. Nesses espaços elas produzem um saber novo, mais complexo sobre o manejo agroecológico de agroecossistemas. Como desafios, apontam para a necessidade da escuta das vozes das mulheres e a construção permanente de espaços de cuidado com as crianças para que possam participar de formações técnicas.

Ao se inserirem em mercados institucionais, tais como PAA e PNAE, elas passam a comercializar seus alimentos, geram renda monetária e

com isso melhoram sua autonomia econômica, autoconfiança e têm seus trabalhos valorizados. Como desafios, apontam a falta de financiamento, violências de sexo-gênero e sobrecargas de trabalho.

Através da sua ação em movimentos, redes sociais e circuitos curtos alimentares, elas constroem processos socioeducativos não formais nos quais ensinam práticas de alimentação saudável, explicitam as contradições dos sistemas alimentares hegemônicos e destacam os potenciais da agroecologia na construção de uma reforma agrária popular. Essas ações são aportadas pelo feminismo camponês popular, que lhes fortalece e auxilia a sustentar essas experiências.

Elas acionam representações sociais da mulher nutridora de modo estratégico, valorizam a relação das mulheres com a maternidade, a fertilidade e a natureza, a fim de sensibilizar familiares, consumidores, coletivos e a sociedade como um todo acerca da necessidade da construção de uma ética democrática de cuidado com as múltiplas formas de vida da Terra.

Por fim, destaca-se a importância de novos estudos, com dados a informações mais contemporâneas, que busquem analisar transformações mais recentes. Isso se justifica principalmente pelas mudanças governamentais ocorridas no Brasil entre 2018 e 2022, durante o governo conservador de Jair Bolsonaro, período que evidencia o desmantelamento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e reforma agrária no Brasil, e a retomada sua com a eleição de Lula em 2022.

Contribución de autoría

Cristiane Coradin participou em las fases de conceptualización, curación de datos, análisis de datos, adquisición de fondos, investigación, metodología, administración de proyecto, supervisión, validación, visualización, redacción del borrador original, y redacción, revisión y edición del texto final.

Sonia Fátima Schwendler participou em las fases de conceptualización, curación de datos, análisis de datos, investigación, metodología, administración de proyecto, supervisión, validación, visualización, redacción del borrador original, y redacción, revisión y edición del texto final.

Alfio Brandenburg participou em las fases de conceptualización, curación de datos, análisis de datos, adquisición de fondos, investigación, metodología, administración de proyecto, supervisión, validación, visualización, redacción del borrador original, y redacción, revisión y edición del texto final.

Fuente de financiamiento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Potenciales conflictos de interés

Ninguno.

Agradecimientos

Às mulheres que fizeram parte da pesquisa e ao CNPQ pelo financiamento da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bruno, R., Wesz Júnior, V., Bordalo, C. A., Aquino, S. L. e Jalil, L. (2013). Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. Em D. P. Neves e L. S. Medeiros (orgs.), *Mulheres camponesas. Trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp. 217-236). Alternativa.
- Butto, A. L. (2017). *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Chiappe, M. (2018). Contribuciones y desafíos al empoderamiento de las mujeres en la agroecología en Uruguay. Em G. P. Zuluaga Sánchez, G. Catacora-Vargas e E. Siliprandi (coords.), *Agroecología en Femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias* (pp. 35-60). SOCLA.
- Chiffolleau, Y. (2008). Les circuits courts de commercialization em agriculture: diversité et enjeux pour le développement durable. Em G. Márechal (coord.), *Les circuits courts alimentaires. Bien manger dans le territoires* (pp. 21-30). Educagri.
- Coradin, C. (2020). *Entre buvas e flores vermelhas: autorias das mulheres Sem Terra na ecologização da Reforma Agrária no Paraná*. [Tese de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná].
- Deere, C. D. (2004). Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária Brasileira. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, 12(1), 175-204.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). (2025). Soja em números (safra 2024/2025). <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>.
- Garrau, M. e Le Goof, A. (2010). *Care, justice et dépendance. Introduction aux théories du care*. Presses Universitaires de France.
- Hadich, C. e Bastiani, T. M. (2015). As mulheres assentadas e a construção da agroecologia no Oeste Catarinense. Em V. Boni, L. Peron, S. A. Marques, N. E. Roesler Mohr e T. M. de Bastiani (orgs.), *Mulheres camponesas e agroecologia* (pp. 129-146). CRV.
- Hora, K., Rezende, M. e Macedo, G. (Org). (2015). *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. (4.ª ed.). Ministério do Desenvolvimento Agrário. <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-especial-1/2-coletanea-sobre-estudos-rurais-e-genero-premio-margarida-alves-4a-edicao-2013-mulheres-e-agroecologia.pdf>
- Ibacache-Corante, A. (2024). Mujeres como territorio de despojo: extractivismo, femicidios y violencia de género en el norte de Chile. *Desde el Sur*, 16(1), e0012.

- Jalil, L. M., Esmeraldo, G. G. S. L. e Oliveira, M. S. L. (2017). *Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste*. MXM.
- Lázaro Aquino, T. G. (2024). Las comunidades campesinas en el Perú: organización, conflictos y acción colectiva, Junín, 1959-2017. *Desde el Sur*, 16(2), e0025.
- Leff, E. (2004). *Racionalidad ambiental. La reapropiación social de la naturaleza*. Siglo XXI.
- Llanque, A., Dorrego, A., Costanzo, G., Elías, B. e Catacora-Vargas, G. (2018). Mujeres, trabajo de cuidado y agroecología: hacia la sustentabilidad de la vida a partir de experiencias en diferentes eco-regiones de Bolivia. Em G. P. Zuluaga Sánchez, G. Catacora-Vargas e E. Siliprandi (coords.), *Agroecología en Femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias* (pp. 123-140). SOCLA.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, (9), 73-101.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Maluf, R. S. J. (2004). Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, 25(1), 299-322.
- Mies, M. e Shiva, V. (1993). *Ecofeminismo*. Epistemologia e Sociedade.
- Paula, N. F., Bezerra, I. e Paula, N. (2022). Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. *Saúde em Debate*, (46), 262-276.
- Paulilo, M. I. S. (2016). *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. UFSC.
- Paulilo, M. I. e Boni, V. (2017). Movimentos de mulheres agricultoras e ecologia. Em G. C. Delgado e S. M. P. Bergamasco (orgs.), *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro* (pp. 398-417). MDA.
- Peregrina, M. C. C. (2018). Abordando desde un enfoque agroecológico la violencia en las mujeres campesinas. Un estudio de la Fundación Entre Mujeres, Nicaragua. Em G. P. Zuluaga Sánchez, G. Catacora-Vargas e E. Siliprandi (coords.), *Agroecología en Femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias* (pp. 123-140). SOCLA.
- Puleo, A. (2013). *Ecofeminismo para otro mundo possible*. Kobo.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em E. Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp.117-143). CLACSO.

Ruiz Alvarado, I., Coll-Ramis, M., Ponce Castañeda, V. y Torres-Sovero, C. (2023). La identidad cultural y el ecoturismo bajo un enfoque de género: la comunidad nativa Ese'Eja de Infierno, Madre de Dios, Perú. *Desde el Sur*, 15(4), e0052. <http://www.scielo.org.pe/pdf/des/v15n4/2415-0959-des-15-04-e0052.pdf>

Schwendler, S. F. (2015). O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, 55, 87-109.

Schwendler, S. F. (2017). Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. Em M. Tamanini, R. Boschilia e S. F. Schwendler (org.), *Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade* (pp. 141-172). (1.ª ed.). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Schwendler, S. F., Coradin, C. e Bezerra, I. (2024). Agroecology and Feminist Praxis in Brazilian School Food Politics. Em J. E. Gaddis e S. A. Roberts (org.), *Transforming school food politics around the world* (pp. 185-199). The MIT Press.

Segato, R. (2014). Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. Em Y. Espinosa Minõso, D. Gómez Correal e K. Ochoa Muñoz (org.), *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* (pp. 75-90). Universidad del Cauca. [https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDA050587536052580040076985F/\\$FILE/Tejiendo.pdf](https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDA050587536052580040076985F/$FILE/Tejiendo.pdf)

Siliprandi, E. (2015). *Mulheres e agroecologia. Transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Stassart, P. M. Baret, P., Grégoire, J.-C., Hance, T., Mormont, M., Reheul, D., Stilmant, D., Vanloqueren, G. e Visser, M. (2012). L'agroécologie: trajectoire et potentiel pour une transition vers des systèmes alimentaires durables. Em D. Van Dam, M. Streith, J. Nizet e P. M. Stassart (eds.), *Agroécologie entre pratiques et sciences sociales*. Educagri.

Thompson, A. (1997). *Recompondo a memória. Questões sobre a relação entre história oral e as memórias*. Projeto História.

Vasconcelos, B. M. (2015). Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia. Em E. Novaes, A. D. Mazin e L. Santos, *Questão agrária, cooperação e agroecologia* (pp. 341-369). Outras Expressões.

Vásquez, E., Vázquez, V., Porter-Bolland, L., Valtierra Pacheco, E., Molina Rosales, D. e Manzo-Ramos, F. (2018). Transformaciones productivas e incurción femenina en la apicultura comercial en San Francisco Suc Tuc, Hopelchén, Campeche, México. Em G. P. Zuluaga Sánchez, G. Catacora-Vargas e E. Siliprandi (coords.), *Agroecología en Femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias* (pp. 93-106). SOCLA.

Walsh, C. (2009). Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. Em V. M. Candau (org.), *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas* (pp. 12-42). 7letras.

Zuluaga Sánchez, G. P., Catacora-Vargas, G. e Siliprandi, E. (2018) *Agroecología en Femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias*. SOCLA.

Zuluaga Sánchez, G. P., Mazo López, C. I. e Gómez Álvarez, L. E. (2018). Mujeres protagonistas de la agroecología en Colombia. Em G. P. Zuluaga Sánchez, G. Catacora-Vargas e E. Siliprandi (coords.), *Agroecología en Femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias* (pp. 35-60). SOCLA.

Cristiane Coradin é doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Sonia Fátima Schwendler é PhD em Iberian and Latin American Studies.

Alfio Brandenburg é doutor em Ciências Sociais.

Recepción: 8/5/2025
Aceptación: 14/7/2025